



prefeitura de
PORTO ALEGRE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 57/2021 CMRI

Porto Alegre, 30 de novembro de 2021.

Recurso nº: 004385-21-48

Recorrente: R. P.

Órgão Requerido: não identificado

Relator: Divisão de Gestão Documental - Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio
(DGD/SMAP)

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de pedido de alteração do e-mail do requerente.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

O Gestor Central do e-SIC informou que o pedido não se enquadra na Lei de Acesso à Informação. Na solicitação relacionada 004165-21-80, o requerente foi orientado à contatar o atendimento do 156. Ao entrar com pedido de reexame, o requerente foi orientado à criar novo cadastro.

1.3 Razões do recorrente

Em sua argumentação, o Requerente reiterou o pedido de alteração de seu e-mail no cadastro.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto no dia 05 de agosto de 2021, dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada Gestor Central do e-SIC, o que se deu no dia 02 de agosto

de 2021. Dessa forma, é tempestivo e o(a) Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

3. Análise do mérito

Verifica-se o recurso interposto trata de pedido de alteração cadastral, conforme solicitação inicial, e cuja resposta não atendeu a necessidade do requerente.

No entanto, entendo que o pedido formulado não se enquadra em pedido de acesso à informação, não sendo competência desta Comissão a sua análise, nos termos do Art. 25, do [Decreto Municipal Nº 19.990/2018](#).

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por não conhecer o recurso por ser alheio às competências desta CMRI. Contudo, encaminhamos a situação à Ouvidoria-Geral do Município a fim de providenciar a solução do problema técnico referida pelo requerente.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o(a) Recorrente da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI 004385-21-48



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 14:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiéli Aurelio Irigaray, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 14:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16243551** e o código CRC **74D2D449**.
